

**EDcl no RE nos EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 20.187 - DF
(2013/0158982-6)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
EMBARGANTE : MANOEL GENIVAL RODRIGUES
ADVOGADOS : ALEXANDRE AUGUSTO SANTOS DE VASCONCELOS E
OUTRO(S) - PE020304
BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA - PE019805
EMBARGADO : UNIÃO

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EMBARGOS DE
DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO DE
SOBRESTAMENTO. VÍCIOS INEXISTENTES.
RECURSO REJEITADO.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por Manoel Genival Rodrigues, contra decisão por mim proferida, que sobrestou o recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal, em *decisum* assim ementado (fl. 1183):

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ANISTIA. ANULAÇÃO DA
PORTARIA. DECADÊNCIA. REPERCUSSÃO GERAL
RECONHECIDA. **TEMA 839/STF.** RECURSO
EXTRAORDINÁRIO SOBRESTADO.

Sustenta o embargante, em suma, erro material e omissão no julgado, uma vez que o Ministro Dias Toffoli, nos autos do Recurso Extraordinário 817.338, teria decidido pelo não sobrestamento dos feitos semelhantes (fls. 1190/1192).

É o relatório.

Os embargos declaratórios não comportam acolhimento.

Consoante a literalidade do artigo 1022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir eventual erro material.

Na hipótese, a decisão embargada explicitou de forma suficiente, clara, coerente e fundamentada, as razões para o sobrestamento do presente recurso extraordinário.

Com efeito, a questão posta em deslinde refere-se à possibilidade de uma portaria concessiva de anistia ser anulada pela Administração Pública, sendo certo que o acórdão recorrido asseverou que "no caso dos autos a hipótese decorre de anulação da anistia após o procedimento administrativo (terceira fase). O Ministro de Estado da Justiça expediu a Portaria Ministerial 286, de 28.1.2013, a qual anulou o ato que concedeu a anistia política. Impõe-se reconhecer a ocorrência da decadência, já que entre

a Portaria, concessiva da anistia, 21, de 8.1.2004 e a Portaria Ministerial, que anulou o ato que concedeu a anistia política da parte Impetrante, decorreu o lapso temporal quinquenal. Ademais não restou comprovado a má-fé da parte beneficiária".

O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, em julgamento proferido no RE 817.338/DF, reconheceu a repercussão geral da questão relativa à possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada violação direta do texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública, quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1.999 (**Tema 839**). Veja-se:

Direito Constitucional e Administrativo. Segurança concedida para declarar a decadência de ato da Administração por meio do qual se anulou portaria anistiadora. Análise quanto à existência ou não de frontal violação do art. 8º do ADCT. Julgamento de tese sobre a possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta do texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei n.º 9.784/99. Matéria dotada de repercussão econômica e jurídica. Questões suscetíveis de repetição em inúmeros processos. Repercussão geral reconhecida. (RE 817.338 RG, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 8/10/2015.)

Assim, estando ainda o mérito do aludido Recurso Extraordinário pendente de julgamento perante o Excelso Pretório, era mesmo de rigor o sobrestamento do recurso, não havendo falar em omissão tampouco erro material.

Destaque-se, por oportuno, que a decisão mencionada pelo embargante, na qual o Ministro Dias Toffoli, nos autos do Recurso Extraordinário 817.338, teria decidido pelo não sobrestamento dos feitos semelhantes, diz respeito ao exame de um pedido formulado pela União Federal no sentido de suspender o processamento de todas as demandas judiciais pendentes, individuais ou coletivas, que versem sobre a questão tratada no recurso extraordinário, em todo o território nacional.

Na ocasião, acentuou o Relator que "o reconhecimento da repercussão geral não implica, necessariamente, em paralisação instantânea e inevitável de todas as ações a versarem sobre a mesma temática do processo piloto". Acrescentou:

In casu, as razões elencadas pela requerente não me convencem da imprescindibilidade da concessão da medida do art. 1.035, § 5º, do CPC. O argumento de preservação da isonomia, da celeridade e da segurança jurídica, além de excessivamente genérico, cai por terra quando se observa que, **havendo apelo extremo, a ação necessariamente ficará sobrestada enquanto não se decidir o processo paradigma**. Eventual prejuízo decorrente da ausência de recurso constitui ônus a ser suportado pela parte, não constituindo motivo apto a ensejar a suspensão do trâmite de centenas ou de milhares de feitos por todo o país.

Ou seja, concluiu o relator pela desnecessidade de paralisação de todos os feitos semelhantes em tramitação no território nacional, porém, ressaltou a imprescindibilidade de se aguardar o julgamento do paradigma, quando manejado recurso extraordinário, como na espécie.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração**.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente

